

Responsabilidade Social Empresarial sob a Ótica da Governança Corporativa: um Estudo das Instituições de Ensino Superior Privadas Brasileiras.

MARIA LAURA FERRANTY MAC LENNAN

USP - Universidade de São Paulo
laura.maclennan@usp.br

BÁRBARA ILZE SEMENSATO

USP - Universidade de São Paulo
barbarailze@gmail.com

FÁBIO LOTTI OLIVA

USP - Universidade de São Paulo
fabiousp@usp.br

1. Introdução

O tema Responsabilidade Social Empresarial (RSE) atrai crescente interesse por parte das pesquisas acadêmicas e da sociedade civil (KREITLON, 2012; GUIMARÃES, 2008; FARIA; SAUERBRONN, 2008; PORTER; KRAMER, 2006, MACHADO FILHO; ZYLBERSZTAJN, 2004). No caso brasileiro, a sociedade civil se organizou no tema por meio de dois principais institutos. O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa é uma entidade sem fins lucrativos dedicada à promoção da governança corporativa e atualmente é a principal referência na área. Em 2011, os dados referentes a esta entidade eram de 1898 profissionais e 188 empresas associadas (IBGC, 2013). O Instituto Ethos é outra organização, de cunho não-governamental, e possui a missão de mobilizar as empresas a atuar de modo socialmente responsável. Este atualmente conta com 1516 empresas associadas em todo o Brasil (INSTITUTO ETHOS, 2013). Portanto, se verifica a crescente sensibilização e adesão das empresas aos valores e práticas relacionados com a governança corporativa e ética empresarial.

As discussões sobre RSE são muito abrangentes. Estas podem englobar aspectos ligados à filantropia, questões sociais, ambientais e financeiras. Porter e Kramer (2006, p. 86) resumizam a questão ao afirmar que quanto maior a ligação entre o negócio da empresa e a questão social, maior a oportunidade de alavancar os recursos da empresa e beneficiar a sociedade.

Ao se analisar o efeito da governança corporativa na eficiência das empresas, Hsu *et al.* (2006) verificaram que há evidências de que firmas com maiores níveis de transparência operam com maior eficiência. Piccoli *et al.* (2012) confirmaram as mesmas evidências em estudo no Brasil. A partir da crise financeira norte-americana de 2008, os conceitos ligados à transparência no preenchimento de demonstrações contábeis e à necessidade de conformidade à legislação foram amplamente aceitos (KREITLON, 2012; PORTER; KRAMER, 2006).

Apesar da governança e transparência serem aspectos amplamente valorizados no que tange a RSE, o mercado educacional não prima pela excelência neste tema. No Balanço Anual - Melhores dos Maiores 2012, no ranking educacional, de 104 escolas e cursos avaliados, 74 não enviaram os dados para a composição do mesmo, o que corresponde a 71% da amostra (DIGESTO ECONÔMICO, 2012). Esta pesquisa aprofunda a discussão e aponta oportunidades observadas no mercado de educação superior. Esta reflexão, portanto, se justifica dado o atual contexto de profissionalização do ensino superior brasileiro (SOUZA *et al.*, 2012).

1.1 Problema de Pesquisa e Objetivo

Este artigo almeja verificar o nível de comprometimento das IES brasileiras privadas, com e sem fins lucrativos, relacionadas às estratégias de RSE. O foco do estudo são os aspectos ligados à governança, transparência e *accountability* em suas demonstrações e estratégias financeiras. Não faz parte do escopo da pesquisa a análise das IES públicas.

Para a análise do comprometimento das IES com relação à governança, transparência e *accountability*, são aplicados os indicadores do Guia de Melhores Práticas de Governança para Fundações e Institutos Empresariais, publicado pelo IBGC (2009a). Para a classificação da estratégia de RSE das IES, utiliza-se a perspectiva proposta por Porter e Kramer (2006) que classifica as organizações como de RSE reativa ou estratégica.

A partir do objetivo proposto, o problema de pesquisa apresentado é: “As IES brasileiras podem ser classificadas como de RSE reativa ou estratégica”?

O trabalho está estruturado da seguinte forma: primeiramente, após a introdução, se apresenta a revisão bibliográfica. Nesta, primeiramente as definições de governança corporativa são conceituadas e é apresentado o *framework* utilizado para a pesquisa. Após, as características específicas definidas legalmente para as IES são detalhadas, a partir da sua relação com o objetivo de pesquisa. Segue então a metodologia, discussão dos resultados e a conclusão.

3. Revisão Bibliográfica

3.1 Governança corporativa e RSE

O conceito de RSE está relacionado ao ambiente institucional e a teoria dos *stakeholders* (MACHADO FILHO, ZYLBERSZTAJN, 2004). De acordo com North (1990), uma importante característica de um mercado é a facilidade com que os compradores e vendedores efetivam as transações comerciais, chamado de ambiente institucional. O contexto externo, mais especificamente as leis, os regulamentos, os costumes, as normas institucionais e o sistema judiciário, são alguns dos fatores que incidem sobre o funcionamento das empresas, do governo e especificamente das instituições de ensino.

As instituições, que operam nesse ambiente, criam mecanismos chamados de estrutura de governança (WILLIAMSON, 1996). Estes podem ser formalizados ou podem existir por meio de normas informais. A partir desta explicação, o termo “governança corporativa” pode ser definido como os mecanismos que dirigem o processo de decisão em uma empresa (CARVALHO, 2007, p. 22).

De acordo com Spitzeck e Hansen (2010), os conceitos de governança corporativa foram criados a partir da Teoria da Agência (JENSEN; MECKLING, 1976). De acordo com tal teoria, os administradores são os agentes e os fornecedores de capital (acionistas) são chamados de principal. Se os agentes e o principal operassem de forma independente, cada um agiria segundo seus próprios interesses, estes muitas vezes divergentes. Por isso, os mecanismos criados para minimizar o conflito de interesses são chamados de “governança”.

A RSE pode ser abordada por três principais linhas teóricas. A abordagem ética se baseia no argumento de que as atividades das empresas estão sujeitas ao julgamento moral. Os pesquisadores do tema estudam os valores e as práticas sob os aspectos culturais, ideológicos e institucionais. A abordagem contratual privilegia o enfoque sociopolítico, sendo os processos políticos e institucionais importantes ao se estabelecer os objetivos e estratégias da firma. De acordo com esta linha, a RSE se baseia na interdependência entre a empresa e a sociedade. Finalmente, a abordagem estratégica foca na produção de ferramentas para a gestão dos temas sociais. Nesta, se buscam as vantagens competitivas advindas de uma atuação socialmente responsável (FARIA, SAUERBRONN, 2008).

A RSE não está restrita aos aspectos ligados à governança, transparência e valores empresariais. Também se debatem aspectos ligados ao meio ambiente, relação com a comunidade, governo e sociedade, seleção, avaliação e parceria com os fornecedores, relacionamento com os clientes entre outros. Para fins de clareza, vale delimitar que este estudo se restringe aos aspectos de RSE sobre governança corporativa, transparência, regulações normativas e legais.

Os princípios básicos da governança corporativa são: transparência, equidade e *accountability*. O IBGC (2009, p. 19) define “governança corporativa” como:

O sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade.

O conceito de transparência vai além da disponibilização de informações impostas pela legislação. Esta contempla, além de relatórios financeiros, informações sobre a ação gerencial, a condução e à criação de valor na organização (IBGC, 2009). No contexto educacional, Klein (2012) verificou que a transparência na gestão escolar mitigou conflitos entre os dirigentes e professores. Augustine (2012) considera a transparência empresarial uma *proxi* para boas

práticas em governança corporativa e desempenho empresarial positivo. Piccoli *et al.* (2012) apontam a melhoria da imagem institucional como uma vantagem da empresa transparente. Equidade é o tratamento justo e indiscriminado dos *stakeholders*. A teoria dos *stakeholders* verifica a razão dos diversos grupos de interesse serem considerados no modo como a empresa é dirigida (SPITZECK; HANSEN, 2010) e, de acordo com Ricart *et al.* (2005), há evidências de que empresas com destaque nas práticas de RSE tendem a ser orientadas aos seus respectivos grupos de interesse.

Já *accountability* é um termo que define o conjunto dos meios pelos os quais os agentes respondem ao principal (GUIMARÃES, 2008). O termo se limita aos aspectos financeiros, contábeis e legais que os administradores devem observar ao gerir a organização. Sarlo (2004) argumenta que as informações contábeis, para que possam cumprir seu papel como meio de informação, devem ser analisadas junto ao ambiente. Por isso, é importante conhecer os aspectos legais, comerciais, jurídicos e sociais onde as empresas operam.

A cobrança por transparência e equidade das organizações pela sociedade tem originado a busca por maior RSE. De acordo com Carroll (1998), a RSE é composta por quatro níveis. O primeiro é a responsabilidade econômica. Este aborda a necessidade da organização ser lucrativa e capaz de se sustentar financeiramente ao longo do tempo. Segue a responsabilidade legal, que traduz a obediência às resoluções legais e normas governamentais. A responsabilidade ética está relacionada a capacidade da organização de tomar decisões voltadas não apenas ao lucro, mas também aos interesses da sociedade e dos *stakeholders*. E finalmente a responsabilidade discricionária está ligada ao bem da comunidade e à filantropia. Os níveis de RSE são propostos pelo autor em ordem de prioridade para a sobrevivência da empresa.

Porter e Kramer (2006) apontam quatro razões que justificam a adoção de uma estratégia de RSE. Sejam: (i) a obrigação moral; (ii) a sustentabilidade; (iii) a necessidade de licença para operar e (iv) a reputação corporativa. A obrigação moral apela para que a empresa seja uma boa cidadã. A sustentabilidade dá foco aos aspectos ambientais. A necessidade de licença remonta à permissão que o governo e sociedade devem conceder para a organização operar legalmente. Já a reputação corporativa busca fortalecer a imagem e a marca da empresa.

Os mesmos autores argumentam que as razões expostas não são sustentáveis no longo prazo. Isto porque essas estratégias focam no desequilíbrio entre empresa vs. sociedade em vez de observar sua interdependência. A partir desta nova perspectiva, propõem-se a classificação de RSE estratégica e reativa (PORTER; KRAMER, 2006). Na RSE estratégica, a proposta de responsabilidade social é incorporada à proposta de valor da empresa. Neste caso, toda a estratégia é redefinida com base nesta nova abordagem. Já na RSE reativa, a organização se preocupa com os impactos sociais e ambientais de sua operação. A cadeia de valor é revisada com a finalidade de se minimizar os efeitos de sua atividade.

O *framework* proposto está dividido em três tipos de impactos (PORTER; KRAMER, 2006). Os impactos genéricos na sociedade englobam questões que são relevantes para a sociedade, mas não afetam a operação da empresa ou a sua perenidade. Os impactos na cadeia de valor social são os impactos no ambiente advindos da operação da empresa. Finalmente, a dimensão social do contexto competitivo engloba os fatores do ambiente externo que afetam as atividades da empresa. Ambas as abordagens (RSE estratégica e reativa) estão resumidas no Quadro 1:

| Impactos Genéricos na Sociedade | Impactos na Cadeia de Valor Social | Dimensão Social do Contexto Competitivo |
|---------------------------------|---|--|
| Cidadania | Minimizar danos advindos das atividades da cadeia de valor. | Estratégia que alavanca capacidades em áreas relevantes do contexto competitivo. |
| RSE Reativa | Transformar atividades da cadeia de valor para o benefício da sociedade e reforçar a estratégia da empresa. | RSE Estratégica |

Quadro 1: Envolvimento Corporativo na Sociedade: Abordagem Estratégica.

Fonte: Porter e Kramer (2006).

A estratégia de RSE reativa abrange dois principais comportamentos da empresa: (i) cidadania, que significa agir de acordo com obrigações legais junto às partes interessadas e (ii) mitigar possíveis danos provenientes das atividades empresariais junto à sociedade. O primeiro pode ser entendido como um compromisso padrão das corporações junto à sociedade. Já o segundo pode se tornar um desafio em função do negócio, da cadeia de valor e das tecnologias envolvidas, fruto dos impactos gerados pelas atividades da empresa no ambiente em que esta está inserida.

A RSE estratégica vai além de promover os princípios de boa cidadania e redução de impactos da operação empresarial na cadeia de valor. Esta envolve atividades que visam alcançar vantagens competitivas para a organização. Cria-se um relacionamento simbiótico em que o sucesso da empresa e da sociedade se completam. A RSE estratégica ocorre na maioria dos casos quando a empresa adiciona os valores de RSE à sua estratégia de negócios (PORTER; KRAMER, 2006).

3.2 Guia de Melhores Práticas de Governança para Fundações e Institutos Empresariais

O IBGC, em 2009, publicou o Guia de Melhores Práticas de Governança para Fundações e Institutos Empresariais, com o intuito de oferecer aos líderes de fundações e associações um guia das melhores práticas disponíveis. Este guia destaca aspectos como processos, políticas, regulamentos e leis sugeridos para a melhor gestão do setor. Esse recomenda a disponibilização à comunidade de suas demonstrações financeiras, preferencialmente auditadas, pelas empresas em sua página na Internet (IBGC, 2009a).

De acordo com o guia, são sugeridos seis indicadores de atendimento a estas práticas. São eles: (i) cumprimento das exigências legais da mantenedora, (ii) missão, (iii) conselho, (iv) gestão, (v) auditoria independente, e (vi) divulgação das informações, detalhados no quadro 2. As indicações do IBGC não constituem obrigações legais, estas são entendidas como recomendações advindas das melhores práticas de governança para as fundações e associações sem fins lucrativos.

| Indicador | Definição |
|---|--|
| Cumprimento das Exigências Legais da Mantenedora | A fundação ou instituição deve zelar pelo cumprimento das obrigações legais impostas à sua operação. |
| Missão | Indicação de sua atuação de modo a esclarecer a sua contribuição para com a sociedade. |
| Conselho | O conselho possui o papel de garantir o cumprimento da missão por parte da instituição. O conselho fiscal deve examinar as demonstrações financeiras e aprová-las. |
| Gestão | O executivo principal é responsável pela gestão da instituição e zela pela elaboração de todos os processos operacionais e financeiros. |
| Auditoria Independente | Toda organização deve ser auditada por empresa independente de modo a garantir que suas demonstrações financeiras reflitam adequadamente a realidade. |
| Divulgação das Informações | Se recomenda que a instituição disponibilize suas demonstrações financeiras em sua página da Internet. |

Quadro 2: Indicadores de Melhores Práticas para Fundações e Institutos Empresariais.

Fonte: Adaptado de IBGC (2009a).

Os mecanismos de governança possuem como base os princípios de *accountability*, transparência e eficácia na aplicação dos recursos. Estes foram criados sob o pressuposto da promoção de controles mais participativos e a proteção dos acionistas (GUIMARÃES, 2008) no caso das IES com fins lucrativos, ou da sociedade civil no caso das IES sem fins lucrativos.

3.3 Educação Superior e Práticas de Governança Corporativa

A educação superior possui papel privilegiado no contexto da RSE. O estímulo ao desenvolvimento de profissionais para as melhorias da sociedade brasileira está previsto na lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996). Portanto, pode-se afirmar que com o desenvolvimento social, a RSE e a educação superior estão diretamente ligados desde suas origens. No caso das instituições de educação superior (IES), sua criação é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96).

Existe uma grande diversidade nos tipos de instituições universitárias. Estas, quanto à sua administração, podem ser públicas (municipais, estaduais ou federais) ou privadas, o que naturalmente influi na forma como são geridas. Dentre as instituições privadas ainda se observam diferenças. As comerciais almejam o lucro. Já as fundações, associações e universidades comunitárias são mantidas por entidades sem fins lucrativos, confessionais ou laicas. A autonomia administrativa também apresenta variações, já que as IES podem se constituir como Universidades, Centros Universitários, Institutos ou Faculdades Integradas (BIDART-NOVAES; GIL, 2007).

Como já foi dito, as IES podem ser públicas ou privadas (BRASIL, 1996). No caso das IES privadas, estas podem ser com ou sem fins lucrativos. As IES sem fins lucrativos, apesar de privadas, recebem importante auxílio de recursos públicos, pela via indireta da renúncia fiscal. Estas instituições gozam de benefícios fiscais, o que significa que são isentas à tributação (CARVALHO, 2005). Os impostos que as IES sem fins lucrativos estão isentas são: ISS,

IRPJ, CSLL, PIS e Cofins. Se a instituição for filantrópica, esta goza ainda de isenção da contribuição patronal do INSS. Mas como contrapartida para a sociedade, as mesmas devem cumprir e comprovar algumas obrigações como: (i) a aplicação dos seus excedentes financeiros na IES mantida; (ii) a não-remuneração de seus conselheiros, sócios ou instituidores; e (iii) 60% da arrecadação da IES deve ser destinada à despesas com folha de pagamento, encargos e benefícios de docentes e equipe técnico-administrativa (SAMPAIO, 2000, p. 145). O MEC, ao credenciar cursos de graduação, solicita que as IES informem a sua missão, entre outras exigências (art. 16 do Decreto n.º 5.773/2006).

Outra obrigação pertinente às IES sem fins lucrativos é a publicação de suas demonstrações financeiras. De acordo com o decreto n.º 3.860/2001, no seu art. 5º, é exigido destas a publicação anual de suas demonstrações financeiras com o parecer do conselho fiscal e ainda certificadas por auditores independentes. Além destas determinações, a legislação prevê outras obrigações, como submeter-se a qualquer tempo à fiscalização por parte do poder público e conservar por cinco anos os documentos comprobatórios das origens das receitas e despesas, bem como quaisquer atos que alterem a sua situação patrimonial. Os dados fiscais devem ser escriturados em livros, e estão sujeitos à auditoria do MEC (BRASIL, 1997).

Além da publicação das suas demonstrações financeiras anualmente em jornal de ampla circulação prevista para as IES sem fins lucrativos na legislação brasileira (decreto n.º 3.860/2001), as IES devem ser auditadas por empresa independente. Isto confere credibilidade aos dados financeiros apresentados. As auditorias independentes foram regulamentadas em 1965 pela lei n. 4.728. De acordo com Gomez (1994), os auditores possuem imagem de objetividade e independência e responsabilidade. O parecer de auditoria é a principal ferramenta destes para cumprir a norma e relatar o produto de seu trabalho (SANTOS; GRATERON, 2003).

De acordo com o exposto, a legislação brasileira determina que as IES sem fins lucrativos sigam os princípios definidos por governança transparência e *accountability*. Segundo estas determinações legais, os *stakeholders* devem ter disponíveis as demonstrações financeiras das IES sem fins lucrativos. Estas devem ser apresentadas de modo completo, contendo o balanço patrimonial (ativo, passivo e patrimônio líquido) e a demonstração de resultados do exercício (DRE) (BRASIL, 1997).

As IES com fins lucrativos podem ser sociedades limitadas ou sociedades anônimas. As sociedades limitadas distribuem resultados e direitos de acordo com a participação do capital de cada acionista. Estas empresas, segundo o IBGC, possuem transparência limitada. Já as sociedades anônimas podem ser abertas ou fechadas. As sociedades abertas possuem ações disponíveis para negociação na bolsa de valores, e por conta disto, possuem complexa estrutura administrativa e ampla transparência (IBGC, 2009a). Tais IES, de natureza aberta, são fiscalizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Isto implica, entre outras obrigações, na necessidade de publicação de suas demonstrações financeiras.

4. Metodologia

Para o cumprimento do objetivo proposto, a pesquisa qualitativa foi aplicada devido à sua adequação para responder o problema de pesquisa. A elaboração deste estudo se dá em duas etapas: pesquisa bibliográfica e pesquisa de dados secundários. As fontes de consulta utilizadas no levantamento dos dados secundários foram o *site* da IES, Diário Oficial do Estado (consulta eletrônica via *Jus Brasil*), e jornais de grande circulação. Adicionalmente, demonstrativos financeiros foram solicitados diretamente as IES, e duas escolas disponibilizaram seus dados aos pesquisadores desta forma.

Os pesquisadores tiveram acesso à base de IES do MEC/Inep, de 2009. No Brasil, dentre as instituições privadas, verifica-se que há 984 IES com fins lucrativos e 1.085 IES sem fins lucrativos (MEC/INEP (2009)). As IES sem fins lucrativos, nesta base, foram selecionadas aleatoriamente para a busca de seus relatórios financeiros. Caso os dados das demonstrações

financeiras de 2011 não estivessem disponíveis, a próxima IES foi consultada. Foi possível coletar 30 demonstrações financeiras de IES nacionais sem fins lucrativos. Estas demonstrações foram publicadas no período entre 05/03/2012 e 29/12/2012. Adicionalmente, para fins de comparação, foram pesquisadas 7 IES com fins lucrativos. Estas IES são de capital aberto, e tal composição societária determina que as informações financeiras estejam disponíveis para consulta pública. Dentre as com fins lucrativos, quatro IES realizaram a abertura de capital, sejam: a Anhanguera Educacional, a Kroton Educacional, a Estácio Participações S.A. e a SEB – Sistema Educacional Brasileiro (LIMA; CONTEL, 2011). Em 2011, a SEB fez o fechamento do capital ao ser adquirida pelo grupo Pearson. As três IES de capital aberto consolidam 200 unidades educacionais.

A partir do levantamento de dados secundários, a análise de conteúdo das demonstrações financeiras é adequada para a classificação do nível de comprometimento das IES brasileiras privadas, com e sem fins lucrativos, relacionadas às estratégias de RSE: os indicadores do IBGC (2009a) com as estratégias de RSE propostas por Porter e Kramer (2006), já descritos na revisão da literatura. O Quadro 3 sintetiza os indicadores utilizados e os critérios de classificação:

| Estratégia de RSE | RSE Reativa | | RSE Estratégica | | | |
|-------------------|------------------------------|---|--|--|--|--|
| | Indicador IBCG | Cumprimento das obrigações Legais | Auditoria Independente | Gestão | Conselho Fiscal | Missão |
| Evidências | Divulgação de balanço e DRE. | Demonstrações devem ser aprovadas por auditorias independentes. | O executivo principal aprova as demonstrações. | O conselho fiscal aprova as demonstrações. | A missão está claramente exposta no site da IES. | As demonstrações financeiras estão disponíveis no site da IES. |

Quadro 3: Abordagem Estratégica de Envolvimento Corporativo e Indicadores de Melhores Práticas.

Fonte: Elaboração Própria (2013).

O quadro 4, a seguir, consolida a amostra das IES pesquisadas, além de informar sua localização geográfica:

| COM FINS LUCRATIVOS | | |
|----------------------------|---|------------------------|
| 1 | ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A. | 79 Campi em 9 Estados |
| 2 | CETEC EDUCACIONAL S.A. | SP |
| 3 | ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. | 68 Campi em 17 Estados |
| 4 | GRUPO IBMEC EDUCACIONAL S.A. | MG, RJ e DF |
| 5 | INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA UNIMONTE | SP |
| 6 | ISCP SOCIEDADE EDUCACIONAL S.A. | SP |
| 7 | KROTON EDUCACIONAL S.A. E CONTROLADAS | 53 Campi em 10 Estados |
| SEM FINS LUCRATIVOS | | |
| 8 | ASSOCIACAO CULTURAL DE RENOVACAO TECNOLOGICA SOROCABANA | SP |
| 9 | ASSOCIACAO DE ENSINO DE RIBEIRAO PRETO | SP |
| 10 | ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO ROQUE | SP |
| 11 | ASSOCIAÇÃO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DE SION | PR |
| 12 | ASSOCIAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING - ESPM | SP, RS e RJ |
| 13 | ASSOCIAÇÃO LITERÁRIA E EDUCATIVA SANTO ANDRE | SP |
| 14 | FACULDADES SÃO LUIS - ANEAS | SP |
| 15 | ASSOCIACAO SANTA MARCELINA | SP |
| 16 | CENTRO UNIVERSITARIO SAO CAMILO | SP, ES, BA, MG e RJ |
| 17 | FACULDADE LOURENCO FILHO | CE |
| 18 | FUNDACAO DOM AGUIRRE (UNIVERSIDADE DE SOROCABA) | SP |
| 19 | FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CLAUDINO FRANCIO | MT |
| 20 | FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE DIVINOPOLIS - FUNEDI | MG |
| 21 | FUNDACAO EDUCACIONAL REGIONAL JARAGUAENSE | SC |
| 22 | FUNDACAO ESCOLA DE COMERCIO ALVARES PENTEADO FECAP | SP |
| 23 | FUNDAÇÃO FACULDADE DE DIREITO DA BAHIA | BA |
| 24 | FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS | SP e RJ |
| 25 | FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ENSINO PARA OSASCO | SP |
| 26 | FUNDAÇÃO LUSÍADA | SP |
| 27 | FUNDACAO SALVADOR ARENA | SP |
| 28 | FUNDAÇÃO UNIRG | TO |
| 29 | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE ITAÚNA | MG |
| 30 | INSPER - INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA | SP |
| 31 | PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DE CAMPINAS | SP |
| 32 | PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DE SP | SP |
| 33 | PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO RIO DE JANEIRO | RJ |
| 34 | SOCIEDADE EVANGELICA BENEFICENTE DE CURITIBA | PR |
| 35 | UNIVERSIDADE CATOLICA DE PERNAMBUCO | PE |
| 36 | UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO | SP |
| 37 | UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE | SP e RJ |

Quadro 4: Amostra de IES com e sem Fins Lucrativos e sua Localização nos Estados da Federação.

Fonte: Elaboração Própria (2013).

No conjunto de informações divulgadas pelas empresas, estão as compulsórias e as voluntárias. As compulsórias são exigidas por leis e regulamentações e as voluntárias são baseadas em diretrizes e recomendações (ROVER; BORBA; MURCIA, 2009). A RSE reativa avalia o cumprimento das obrigações compulsórias e a RSE estratégica aponta se as IES divulgam de forma voluntária os dados, por considerarem esta condizente com as melhores práticas de mercado (IBGC, 2009a). Demonstrativos como Balanço Social e indicadores de bolsas e outras gratuidades, apesar de considerados importantes para as IES e um avanço nas suas práticas de RSE, não fazem parte do escopo desta pesquisa.

A presente pesquisa indica o percentual de aderência das IES da amostra as recomendações contidas nos Indicadores de melhores práticas do IBGC, combinada à aplicação da tipologia de RSE proposta por Porter e Kramer (2006). Não se objetiva, nesta pesquisa, generalizar os resultados, mas aprofundar o conhecimento no tema no caso específico das IES.

5. Análise de Resultados

Por meio da análise do quadro 4, verifica-se que todas as regiões brasileiras estão representadas neste estudo. As IES da amostra estão localizadas predominantemente na região sudeste. As IES menos representadas na amostra são as provenientes das regiões Norte e Centro Oeste, pois a amostra conta com apenas uma IES sem fins lucrativos proveniente de cada uma destas regiões.

Para a elaboração da Tabela 1, as instituições foram classificadas, com base na pesquisa documental, de acordo com os indicadores consolidados no quadro 4.

Tabela 1: RSE Reativa e Estratégica.

| IES | RSE Reativa | | RSE Estratégica | | | |
|----------------------------|-----------------------------------|------------------------|-----------------|-----------------|--------|------------------------------------|
| | Cumprimento das obrigações Legais | Auditoria Independente | Gestão | Conselho Fiscal | Missão | Divulgação das Informações no Site |
| Com fins lucrativos | 100% | 100% | 100% | 29% | 71% | 43% |
| Sem fins lucrativos | 87% | 83% | 80% | 43% | 70% | 23% |

Fonte: Elaboração Própria (2013).

Inicialmente analisaram-se os três itens que compõe a classificação RSE reativa de acordo com a tipologia de Porter e Kramer (2006). As IES com fins lucrativos alcançaram média de 100% de aderência aos indicadores e as IES sem fins lucrativos obtiveram média de 83,3%.

No primeiro item – cumprimento das obrigações legais, as IES com fins lucrativos atenderam a todos os requisitos. Já no caso das IES sem fins lucrativos, a Fundação Faculdade de Direito da Bahia, Fundação UNIRG e a Fundação Educacional Claudino Francio disponibilizaram apenas o balanço patrimonial. Não se obteve acesso à DRE, portanto considerou-se que as obrigações legais não foram cumpridas. No caso da Fundação UNIRG, esta disponibiliza mês a mês no site os balancetes, demonstrativos de receitas, demonstrativos de dívidas e outros relatórios financeiros.

O segundo item avaliou, por meio do parecer da auditoria, se as demonstrações financeiras foram auditadas por auditores independentes. No caso das IES sem fins lucrativos, não se identificou evidência de auditoria independente para Fundação Faculdade de Direito da Bahia, Fundação Educacional Claudino Francio, Fundação Getúlio Vargas, Fundação Salvador Arena e Fundação UNIRG, nas suas demonstrações de resultados analisadas. Neste item, todas as IES com fins lucrativos apresentaram o parecer de auditores independentes.

Novamente, ao verificar se o executivo principal aprova as suas demonstrações financeiras, 100% das IES com fins lucrativos atenderam ao item. Já nas IES sem fins lucrativos, em 20% das IES não foram identificadas evidências de que as demonstrações financeiras foram aprovadas pelo seu principal executivo. Sejam: Associação de Ensino de Ribeirão Preto, Fundação Educacional Regional Jaraguense, Fundação Salvador Arena, Fundação UNIRG, INSPER e Sociedade Beneficente de Curitiba.

Na análise dos indicadores de RSE estratégica, as IES com fins lucrativos obtiveram média de 48%. Este resultado aparenta estar próximo aos 45% de aderência alcançada pelas IES sem fins lucrativos.

As evidências de disponibilização de missão no site da instituição entre as IES com e sem fins lucrativos são muito próximas (71% vs. 70% respectivamente) e é a dimensão com o maior índice. Foi identificada evidência de que nas IES sem fins lucrativos, a prática de aprovação de suas demonstrações financeiras pelos conselheiros fiscais é mais comum que nas IES sem fins lucrativos (43% e 29% respectivamente). Todavia, a disponibilização de resultados financeiros pelas IES com fins lucrativos é mais frequente (43% e 23% respectivamente). Meyer, (1998) observa que as IES são empresas complexas, atípicas e paradoxais, pois sua

forma de gestão não está baseada em estratégias claras, mas consideram na tomada de decisão aspectos burocráticos, políticos, colegiados e anárquicos. Estes aspectos interferem na adoção das melhores práticas indicadas pelo IBGC. A tabela 2 consolida os resultados de acordo com as estratégias de RSE:

Tabela 1: Estratégias de RSE.

| IES | RSE Reativa | RSE Estratégica |
|----------------------------|--------------------|------------------------|
| Com fins lucrativos | 100% | 48% |
| Sem fins lucrativos | 83% | 45% |

Fonte: Elaboração Própria (2013).

Os altos indicadores de RSE reativa podem ser relacionados às imposições advindas do ambiente institucional (MACHADO FILHO; ZYLBERSZTAJN, 2004), uma vez que tratam de atender aos requisitos legais (LIMA; CONTEL, 2011). Neste sentido, se confirma a afirmação de Oliveira, Nogueira e Silva (2004) que defendem a importância das demandas legais e institucionais como impulsionador de práticas benéficas às organizações. Mas não se evidencia nesta amostra o predomínio de IES comprometidas com os princípios de RSE estratégica, uma vez que as organizações responsáveis são aquelas que excedem as imposições legais nas suas práticas de RSE (KREITLON, 2012; MCWILLIANS; SIEGEL, 2001).

6. Conclusões

Existe relativo consenso sobre a ideia de que as organizações responsáveis são aquelas que vão além das imposições da legislação nas suas práticas de RSE (KREITLON, 2012; MCWILLIANS; SIEGEL, 2001). Todavia, Oliveira, Nogueira e Silva (2004) argumentam que a legislação, mesmo que de modo impositivo, tem auxiliado as organizações sociais a desenvolverem maior nível de conscientização. Estas mudanças ocorridas em organizações da sociedade civil geram benefícios que vão além da utilização de benefícios fiscais, como a possibilidade de captar recursos provenientes de doações. Almeida *et al.* (2010) afirmam que boas práticas de governança corporativa trazem benefícios às organizações, como por exemplo, a diminuição do custo de capital. Por isto, a partir do importante papel social que as IES com e sem fins lucrativos desempenham na comunidade, constata-se a crescente importância de transparência, governança e prestação de contas destas organizações para com a sociedade. Dada a crescente profissionalização do setor de ensino superior brasileiro (SOUZA; FORTE; OLIVEIRA, 2012), a cobrança por maior RSE faz com que as IES busquem cada vez mais adequar a sua gestão às boas práticas de governança, explicitadas pelo IBGC. Todavia, como a profissionalização do setor é recente, há evidências de oportunidades na ampliação das práticas de RSE, principalmente na dimensão estratégica.

Este trabalho procurou ampliar o conhecimento sobre o tema de RSE de IES no Brasil, com e sem fins lucrativos. Os resultados do estudo indicam que as IES pesquisadas, com e sem fins lucrativos, ainda se posicionam fortemente nas estratégias de RSE reativa. As instituições se mostram mais motivadas a atender as determinações legais que a assumir postura de parceria e transparência junto à sociedade. Apenas uma IES da amostra das 30 sem fins lucrativos, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, cumpriu todos os indicadores avaliados no estudo. Os quatro aspectos apontados por Porter e Kramer (2006) como não sustentáveis no longo prazo para a adoção de práticas de RSE, sejam obrigação moral, sustentabilidade, necessidade de licença para operar e reputação corporativa parecem estar ligados às práticas atuais das IES privadas pesquisadas. Importante destacar que nem mesmo todos os aspectos previstos pela legislação foram observados em sua totalidade na amostra.

Interessante notar que as IES com fins lucrativos obtiveram indicadores superiores em ambas dimensões de RSE, reativa e estratégica. Como ressalva, vale lembrar que a ausência de informações financeiras completas, parecer de auditoria independente e aprovação dos resultados pelos gestores (requisitos obrigatórios) não significa que estes não sejam praticados

pelas IES ou informados ao MEC. Lembrando que, como as instituições de capital aberto possuem obrigações junto aos seus acionistas, a divulgação de relatórios financeiros no site da IES pode ser atribuída a este compromisso.

Ao se analisar o item disponibilização das informações no site da instituição, apenas 23% das IES sem fins lucrativos adotam a prática. Menezes e Riccio (2005) argumentam que a Internet tem grande impacto na divulgação de informações financeiras. Este item possui amplo potencial de desenvolvimento junto as IES brasileiras. Instituições transparentes podem se beneficiar desta postura ao obter custos menores na captação de recursos e ao receber maior volume de doações e contribuições da sociedade (ALMEIDA *et al.*, 2010). Em estudo sobre fundações corporativas, Borges, Miranda e Valadão (2007) analisaram sete fundações sob a perspectiva da responsabilidade social. O referido estudo verifica que as IES consideradas responsáveis foram as que receberam maior volume de doações de empresas. Todas as sete fundações apresentavam foco de atuação na educação. Portanto, a literatura fornece elementos dos possíveis benefícios que as práticas de RSE estratégica poderiam trazer as IES. E este estudo, por sua vez, mostra que a posição atual das IES sem fins lucrativos está aquém do que seria considerado o ideal.

Após ampla busca, foi possível acessar 37 demonstrações financeiras de IES, o que confere limitação à pesquisa pelo fato de ser pequena amostra frente o universo pesquisado. Isto decorre na dificuldade encontrada pelos autores em acessar os dados financeiros das escolas. Em linha com esta dificuldade, a principal limitação enfrentada por este trabalho refere-se à reduzida quantidade de IES que disponibilizam suas demonstrações financeiras. Como ponderação, as IES brasileiras, principalmente aquelas sem fins lucrativos, poderiam avaliar seu papel social e internalizar os princípios de governança corporativa em suas práticas. A pesquisa constatou que a missão das instituições é amplamente divulgada nos sites das IES. Sugere-se que as mesmas também prestem contas publicamente sobre seu desempenho e resultados financeiros, estratégias de gestão e visão de negócios para estas informações possam ser visualizadas pela sociedade civil de forma transparente. Neste sentido o guia do IBGC poderia ser aplicado como um norte a ser seguido. Lembremo-nos do significado dado por McWilliams e Siegel (2001), que definem RSE como as ações que resultam em benefícios sociais futuros e que não devem se limitar aos requisitos legais.

Referências

ALMEIDA, M. A., SANTOS, J. F., FERREIRA, L. F. V. M., TORRES, F. J. V. Determinantes das Práticas de Governança Corporativa das Empresas Brasileiras de Capital Aberto que Possuem Investimentos Públicos. **RBGN - Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 12, n.37, p. 369-387, 2010.

AUGUSTINE, D. Good Practice in Corporate Governance: Transparency, Trust and Performance in the Microfinance Industry. **Business Society**, v. 659, n. 51, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 2.307 de 15 de abril de 1997**. Regulamenta Artigos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para o Sistema Federal de Ensino Superior, e dá Outras Providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2207impresao.htm>. Acesso em 13 de Julho de 2013.

BRASIL. **Lei nº.9.394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, 23 de Dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 13 de Julho de 2013.

BIDART-NOVAES, M.; GIL, A.C. A Responsabilidade Social dos Programas de Mestrado em Administração: a Pesquisa-Ação Participante Como Resposta ao Fenômeno da Globalização. **X SEMEAD Seminários em Administração**, FEA USP, São Paulo, 2007.

BORGES, J. F.; MIRANDA, R.; VALADÃO, V. M. J. O Discurso das Fundações Corporativas: Caminhos de uma "Nova" Filantropia? **Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n. 4, p. 1-15, 2007.

CARROLL, A. B. The Four Faces of Corporate Citizenship. **Business and Society Review**, v. 100, n. 1, p. 1-17, 1998.

CARVALHO, A. G. Governança Corporativa no Brasil em Perspectiva. In: SILVA, A. L. C.; LEAL, R. P. C. (orgs.) **Governança corporativa: evidências empíricas no Brasil**. São Paulo, Atlas, 2007.

CARVALHO, C. H. A. de. Política de Ensino Superior e Renúncia Fiscal: da Reforma Universitária de 1968 ao ProUni. **Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)**. GT 11: Política de Educação Superior. Caxambu - MG, 2005.

GOMEZ, J. D. C. M. Extensión de la Responsabilidad del Auditor: Implicaciones y Estrategias Defensivas. **Técnica Contable**, v. 46, n. 552, p. 825-834, 1994.

DIGESTO ECONÔMICO: Balanço Anual – Melhores dos Maiores 2012, Editora Abril, suplemento, 2012.

FARIA, A.; SAUERBRONN, F. F. A Responsabilidade Social é uma Questão de Estratégia? Uma Abordagem Crítica. **RAP - Rio de Janeiro**, v. 42, n. 1, p. 07-33, 2008.

GUIMARÃES, L. S. R. **Governança no Terceiro Setor: Estudo Descritivo-Exploratório do Comportamento de Conselhos Curadores de Fundações Empresariais no Brasil**. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

HSU, C. C.; SHEN, M. J.; CHEN, M. C.; CHAO, C. F. A Study on the Relationship between Corporate Governance Mechanisms and Management. **The Business Review**, v. 6, n. 1, p. 208-217, 2006.

IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 4ª edição, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. São Paulo, SP: IBGC, p. 73, 2009.

_____. **Guia das melhores práticas de governança para Fundações e Institutos Empresariais**. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. São Paulo, SP: IBGC, p. 74, 2009a.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos**. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/iniciativas/indicadores/#.UeEzfo0wcgc>>. Acesso em 13 de Julho de 2013.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

KLEIN, J. The Open-Door Policy: Transparency Minimizes Conflicts Between School Principals and Staff. **International Journal of Educational Management**, v. 26, n.6, p. 550-564, 2012.

KREITLON, M. P. McMoral, iPolítica, Cidadania Wireless: Reflexões para o Ensino e a Pesquisa em RSE no Brasil. **RAC**, v. 16, n. 2, p. 271-289, 2012.

LIMA, M. C.; CONTEL, F. B. **A Internacionalização da Educação Superior: Nações Ativas, Nações Passivas e a Geopolítica do Conhecimento**. São Paulo, Almeida, 2011.

MACHADO FILHO, C. A. P., ZYLBERSZTAJN, D. A Empresa Socialmente Responsável: o Debate e as Implicações. **Revista de Administração**, v. 39, n. 3, p. 242-254, 2004.

MCWILLIAMS, A., SIEGEL, D. Corporate Social Responsibility: a Theory of the Firm Perspective. **The Academy Of Management Review**, v. 26, n.1, p. 117-127, 2001.

MEYER, V.J. Gestão para a Qualidade e Qualidade na Gestão: o Caso das Universidades. **Ca- dernos – Centro Universitário São Camilo**. São Paulo, v.4, n. 1,p. 49-59, 1998.

MENEZES, L. L., RICCIO, E. L. Relacionamento entre a Controladoria e a Gestão da Informação Econômico-Financeira na Nova Economia. **RBGN - Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 7, n. 18, p. 34-50, 2005.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA, A. M. V.; NOGUEIRA, U. A. A.; SILVA, D. Responsabilidade Social na Visão de Organizações da Sociedade Civil. **RBGN - Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 6, n. 15, p. 34-41, 2004.

PICCOLI, P. G. R.; SOUZA, W. V.; SOUZA, A.; CORSO, J. M. A Influência da Adoção de Práticas de Governança Corporativa na Valorização das Ações de Companhias Listadas na Bovespa. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 7, n. 2, p. 98-119, 2012.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Strategy & Society: The Link Between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility. **Harvard Business Review**, n. 84, v.12, p. 78-92, 2006.

RICART, J. E., RODRIGUEZ, M. A.; SANCHEZ, P. Sustainability in the Boardroom – an Empirical Investigation of Dow Jones Sustainability World Index Leaders, **Corporate Governance**, Vol. 5 No. 3, pp. 24-41, 2005.

ROVER, S., BORBA, J. A., MURCIA, F. D. R. Características do Disclosure Ambiental de Empresas Brasileiras Potencialmente Poluidoras: Análise das Demonstrações Financeiras e dos Relatórios de Sustentabilidade do Período de 2005 a 2007. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 7, n. 1, p. 23-36, 2009.

SAMPAIO, H. **O Ensino Superior no Brasil: o Setor Privado**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2000.

SANTOS, A.; GRATERON, I. R. G. Contabilidade Criativa e Responsabilidade dos Auditores. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 14, n. 32, p. 7 - 22, 2003.

SARLO, A. N. **A Relação Dos Preços Das Ações à Divulgação Dos Resultados Contábeis: Evidência Empírica Sobre a Capacidade Informacional Da Contabilidade No Mercado Acionário Brasileiro**. Dissertação de Mestrado – FUCAPE – Vitória - ES, 2004

SOUZA, J. R.; FORTE, S. H. A. C.; OLIVEIRA, O. V. Recursos Estratégicos no Cenário 2009/2015 das IES Particulares da Região Nordeste do Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estratégia – RIAE**, v. 11, n. 2, p. 91- 119, 2012.

SPITZECK, H.; HANSEN, E. G. Stakeholder Governance: How Stakeholders Influence Corporate Decision Making. **Corporate Governance**, v. 10, n. 4, p. 378-391, 2010.

WILLIAMSON, O. E. **The Mechanisms of Governance**. New York: Oxford University Press, 1996.